

## ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 383 /2023

**REQUERIMENTO DE PARECER JURÍDICO. PROJETO PROPOSTO PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE). REPASSE DE RECURSOS DESTINADOS VIA EMENDAS LEGISLATIVAS DA CÂMARA DE VEREADORES. PROJETO “ESPAÇO ACESSÍVEL”. INCIDÊNCIA DA LEI 13.019/14. INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a esta Assessoria, em 09/10//2023, os Autos do Processo 247-2023 – PARCERIAS OSCs, indagando sobre a possibilidade da operacionalização do projeto “**ESPAÇO ACESSÍVEL**”, proposto pela OSC **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE**, inscrita no CNPJ Nº 89.428.080/0001-94, com o intuito de realizar investimentos nas atividades da entidade, mediante repasse de recursos oriundos de emendas da Câmara de Vereadores à Lei Orçamentária Municipal, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais). Em específico, os recursos serão aplicados na ampliação “do espaço físico da entidade, visando proporcionar às crianças e adolescentes um ambiente individual de patrulha, onde possam desenvolver questões referentes à organização, manutenção e solução de problemas, autogerindo o próprio espaço”.

Consta dos Autos a Reserva de Dotação Orçamentária para o ano de 2021, estando contida na Ação de Despesa nº 2127 (Serviço de Proteção Especial ao Deficiente – Média Complexidade), Despesa 4.4.50.42 (Auxílios), Recurso 1 (Recurso Livre), FR 500 (Recursos não vinculados de impostos).

De posse das informações, esta Assessoria passa a analisar a questão.

Pelas características da entidade proponente do projeto, a qual é Organização da

Sociedade Civil, que desempenha atividades reconhecidas pela comunidade, voltadas às atividades sociais e culturais da cultura alemã, além de haver designação dos recursos via emendas à Lei Orçamentária Municipal exclusivamente à entidade, é caso da aplicação do Art. 29, da Lei 13.019, sendo inexigível o chamamento público, conforme colacionamos abaixo.

**Art. 29.** Os termos de colaboração ou de fomento **que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais** e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) **(Grifamos)**

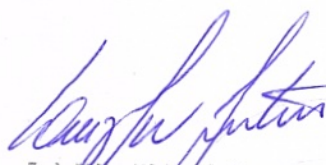
Consta dos Autos, expressa declaração da Secretaria Municipal do Trabalho. Assistência Social e Habitação – STASH, dando conta do interesse público.

Salienta-se ainda que, embora a inexigibilidade da realização do chamamento público, a entidade deverá adequar-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/14 (Lei do Marco Regulatório) quanto aos procedimentos e prestação de contas, uma vez que não são dispensadas as demais obrigações impostas pela Lei.

Ainda, para fins de validade, será necessária a justificação da não realização do chamamento público.

Salvo melhor juízo, é o parecer que encaminhamos à consideração superior.

Ibirubá/RS, 25 de outubro de 2023.



Luiz Felipe Weibrich Guterres  
Assessor Jurídico  
OAB-RS nº 86.826